

Luciana Schleder Almeida (Unilab/Bahia)

Carla Craice da Silva (Unilab/Bahia)

Palavras-chave: agronegócio, colonialismo, extrema-direita.

1. Introdução

Este texto busca apresentar alguns enunciados morais que compõem um sentimento cívico que está ligado às chamadas “áreas de agronegócio” criadas pela frente de expansão dos governos militares (1964-1985) como o eixo da BR 163 no Mato Grosso e da BR 020 no Oeste Baiano. A vida política brasileira vem explicitando de formas variadas (resultados eleitorais², atos anti-vacina e atos anti-democráticos) a identificação entre as duas áreas de estudo, destacadas pela produção de soja e algodão, com o campo da extrema-direita no Brasil. A candidatura do capitão reformado animou esses segmentos saudosos da ditadura dos quais são criaturas.³

A expansão das áreas de soja é um dos aspectos das transformações recentes da sociedade brasileira que formaram, na década de 1990, uma nova geração política no campo que busca estampar um perfil “empresarial” sobre as raízes arcaicas do latifúndio. O rearranjo na organização e representação de interesses de grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais fica evidente na mobilização da categoria “agronegócio” ou “agro” como artifício para a instituição de uma nova retórica de legitimação e de poder (Bruno, 2017; Pompeia, 2020; Gerhardt, 2021).

1 Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (2026).

2 No Mato Grosso, em 2018, Bolsonaro obteve 66,42% dos votos e em 2022, 65,08. Na Bahia, Jair Bolsonaro perdeu nas duas ocasiões com expressiva desvantagem quando comparado aos números nacionais. O resultado foi divergente em apenas dois municípios situados na BR 020: Luis Eduardo Magalhães e Barreiras, sendo que a primeira foi o único município em que Bolsonaro venceu as duas últimas eleições presidenciais.

3 Além dos produtores rurais, outro segmento com adesão expressiva ao clamor por uma “intervenção militar” foram os caminhoneiros (Nowak, 2022). A pesquisa no Mato Grosso revelou que existe uma forte identificação entre produtores e caminhoneiros. As trajetórias dos produtores, não raro, inclui uma fase inicial no ramo do transporte. Notamos também que a entrega de insumos tende a criar momentos de sociabilidade nas fazendas entre caminhoneiros, que podem estar acompanhados das esposas, e os moradores da fazenda (geralmente pequenos sojicultores ou administradores de unidades maiores). Provavelmente farão uma “roda de chimarrão” compartilhando a mesma cuia.

Observa-se também a multiplicação das associações por produto que vem ocorrendo desde os anos 1990 (Bruno, 2017). No Mato Grosso, cabe destacar a atuação da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho) criada em 2005. No Oeste da Bahia, são relevantes a Abapa (Associação Baiana dos Produtores de Algodão) criada em 2000 e a Abapa (Associação dos Produtores e Irrigantes da Bahia) criada em 1990 que, embora não seja uma associação por produto, responde a um aspecto específico da infraestrutura da região.

O trabalho de campo no Mato Grosso foi realizado entre 2008 e 2010 em Sorriso e em Lucas do Rio Verde no Mato Grosso como parte do projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio” que reunia pesquisadoras da área de Sociologia, Economia e Antropologia.⁴ O objetivo era lançar um olhar etnográfico sobre o mundo do agronegócio comparando as “novas áreas” no Mato Grosso, conquistadas no século XX, e áreas que também foram objeto do programa de colonização e modernização agrícola dos governos militares, mas que estavam situadas em regiões que já tinham um histórico de integração à economia nacional como é o caso do Triângulo Mineiro.

O horizonte de comparação estava muito ligado à temporalidade do processo de avanço da base social do capitalismo sobre o Cerrado e Amazônia promovido pelos governos militares. No caso do Mato Grosso, temos áreas que podem ser consideradas recém-conquistadas. A construção da malha rodoviária e os primeiros empreendimentos imobiliários ligados ao programa de modernização agrícola na segunda metade do século XX confrontaram população indígena que ocupava essas terras e que resistia ao processo de “limpeza” da área que incluía a realocação e confinamento no recém-criado Parque Nacional do Xingu e práticas de extermínio.

No Triângulo Mineiro e na Bahia, a frente de expansão agropecuária se estabeleceu em áreas já integradas à atividades econômicas estratégicas para a economia nacional. No primeiro caso, a pecuária e a economia cafeeira desde o início do século XIX e, no caso da Bahia, a atividade mineradora e a presença de uma classe latifundiária absenteísta desde o século XVII.

O trabalho de campo no Oeste da Bahia⁵ foi realizado em duas viagens em

4 Gostaríamos de agradecer a Moacir Palmeira e a Beatriz Heredia (in memoriam) que coordenaram o projeto e a Ana Claudia Marques e John Comerford que orientaram as equipes em campo e que foram interlocução constante na análise dos achados de pesquisa.

5 Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), processo n. 424/2003.

(março de 2023 e maio de 2025) ao município de Correntina no sul da mesorregião do Extremo Oeste Baiano. A escolha dessa localidade tem a ver com dados instigantes ligados à demografia e a conflitos socioambientais. Alguns estudos mencionaram o distrito de Rosário, aproximadamente 200 km à oeste da sede, como um distrito com potencial para dar origem a uma nova *cidade do agronegócio* como Luis Eduardo Magalhães (Favareto, 2019). As estatísticas apontam que 60% da população é rural e as notícias dão conta que esse segmento vem sendo gravemente impactado pelo avanço de empresas capitalistas sobre áreas controladas pelas Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto que praticam o pastoreio comum em regime de transumância.

A disputa por recursos hídricos vem se agudizando desde que as áreas das chapadas na divisa com Goiás, em que se encontram as nascentes, começaram a ser ocupadas pelas lavouras nos anos 1980. Desde então, a mobilização da população preestabelecida vem denunciando a morte dos cursos d'água. Atualmente, a região é caracterizada pela alta concentração de tecnologias de uso de água do tipo Pivô Central com enorme “potencial de expansão” de acordo com a Agência Nacional de Águas.

A exploração agressiva dos corpos d'água tem sido contestada pelos movimentos sociais. Um marco recente dos protestos foi o dia 2 de novembro de 2017 quando “quinhentas e mil pessoas” tomaram a sede da fazenda Igarashi e destruíram as instalações elétricas usadas no bombeamento de água para os sistemas de irrigação das plantações, atearam fogo em um galpão e em tratores. Duas semanas depois, uma manifestação no centro de Correntina reuniu cerca de cinco mil pessoas (Favareto, 2019).⁶ A exploração da água, no entanto, se intensificou, principalmente com a perfuração de poços para exploração da água subterrânea.

Embora o programa de colonização dessas *novas áreas* tenham iniciado na mesma época, notamos diferenças no que tange ao ritmo de transformação da paisagem. Enquanto que, já no início dos anos 2000, havia poucas áreas para serem abertas nos municípios especializados na produção de commodities agrícolas no Mato Grosso como Rondonópolis, Primavera do Oeste, Sapezal, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop. No Oeste da Bahia, até os anos 2000, a supressão do Cerrado ocorria num ritmo mais lento. A aceleração mais recente do processo de desmatamento na Bahia parece ter sido impulsionada pela onda de *land grabbing* dos anos 2000. A análise que estamos fazendo

6 Depois disso foi instalado um posto da Polícia Rodoviária Federal na BA 349.

dos fundos de investimentos Fiagros, os Fundos de Investimentos das Cadeias Produtivas Agroindustriais, criados em 2021, indica que fazendas que constam no rol de ativos de fundos de investimentos estão concentradas no Oeste da Bahia.

Esta apresentação está organizada de modo a explicitar o acionamento da gramática da raça e o enaltecimento da honra masculina no repertório desse segmento mais radicalizado da “concertação política do agronegócio” (Pompeia, 2020).

2. Formas de hierarquização nas “cidades do agronegócio”

Conforme Tavares dos Santos (1993), os programas de colonização consideravam que os “imigrantes” encontrados na região Sul, em sua maioria descendentes de alemães e italianos, eram os agentes preferenciais da modernização da agricultura. Essa incorporação de novas áreas, portanto, atualiza o traço eugenista do colonialismo de povoamento que deu origem às “áreas coloniais” da Região Sul no século XIX como forma de promover o embranquecimento da população com a entrada de migrantes (Seyferth, 2000). No século XIX, “imigrante” era um termo genericamente tomado como “sinônimo de trabalhador, no sentido de que estava no país para substituir o ‘braço escravo’ ou para produzir alimentos” (Seyferth, 1990).

O estudo de Tavares dos Santos descreve a arregimentação das famílias para colonizar o sertão do Mato Grosso nas chamadas “áreas coloniais” dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Havia também fatores de expulsão considerando que a segunda geração de imigrantes que vivia nessas áreas nos anos 1970 enfrentava dificuldades para a reprodução social como camponeses em função do parcelamento por sucessão que aumentava a pressão sobre outros camponeses e população indígenas. A preferência pelos “imigrantes” era justificada pela familiaridade com a mecanização agrícola e com as circunstâncias da frente pioneira (Tavares dos Santos, 1993).

A denominação *gaúcho*, termo gentílico para aqueles nascidos no Rio Grande do Sul, foi assumida como nova definição de grupo pelos colonos vindos da região Sul sejam eles fazendeiros, assentados, comerciantes, prestadores de serviço ou profissionais liberais. O pertencimento que esse termo assinala, no entanto, diz respeito a um conjunto de atributos ligados à mudança de status de camponeses que tornaram-se

grandes fazendeiros e a sua identificação com o movimento cívico no Rio Grande do Sul, o “movimento tradicionalista gaúcho”, que cultua a memória bélica e latifundiária da oligarquia regional que se opôs ao Império no século XIX. (Oliven, 1990)

Cidades como Sorriso (MT) e Luis Eduardo Magalhães (BA) cresceram ao redor de um posto de gasolina e hospedaria que serviam apoio logístico à frente de expansão. A formação dos bairros reproduziu nessas cidades médias o padrão de desigualdade socioespacial de grandes cidades numa tendência característica da “cidade do agronegócio” (Elias; Pequeno, 2006) em que as fazendas circundam o núcleo urbano cindido entre o centro e os bairros formados a medida que trabalhadores menos qualificados começam a se fixar na incipiente cidade a partir de loteamentos irregulares. No centro, é realizado o acesso recursos financeiros, aportes jurídicos, insumos, máquinas e assistência técnica e nos bairros, produtores acessam mão-de-obra para trabalhar na produção agrícola e na construção civil, no caso dos homens, e em serviços de limpeza e cuidado, no caso das mulheres.

A grande divisão desses núcleos urbanos tende a ser marcado geograficamente pela rodovia pelo que foi observado em Sorriso e Lucas do Rio Verde no Mato Grosso e em Luis Eduardo Magalhães e Rosário, um distrito de Correntina, na Bahia. A imagem construída pelo público do centro a respeito dos moradores *do outro lado* se expressa por um conjunto de estereótipos indesejáveis ligados à degeneração do núcleo familiar, à sociabilidade violenta, à lascívia e ao desinteresse pelo trabalho. Esse outro lado é chamado pelas pessoas que moram no centro de *favela*.

As categorias *gaúcho* ou *sulista* são associadas a esses centros, portanto, contrasta com outras denominações ligadas a origem regional que identificam a população dos bairros mais pobres: *maranhense* ou *nordestino* no caso do Mato Grosso; *piauiense*, *baiano*, *catingueiro* na Bahia. O uso cotidiano desses pares de oposição mobiliza um conjunto de elementos diacríticos que reforçam a desigualdade no mundo do trabalho por meio de enunciados ligados à ideia de raça ou de *cultura*. No discurso dos colonos, o próprio mérito tende a ser justificado pela qualidade de *saber trabalhar*: expressão que denota um disciplinamento definido por sua *origem* ou seu pertencimento a uma comunidade étnico-religiosa formada por imigrantes.

Os *escritórios de fazenda* localizados nas áreas centrais e as revendas que tendem a ocupar as margens da rodovia são materializações da crescente importância de

atividades “intersectoriais” e suas formas de gerenciamento em detrimento do lado “agrícola”. (Heredia, Palmeira, Leite, 2010). Com o processo de radicalização política, o uso de bandeiras nacionais nas fachadas desses estabelecimentos parece ter se intensificado. As bandeiras demarcam a territorialização da grande agricultura, inclusive nas estradas. Atravessando a BR 349 em Correntina, no rescaldo dos ataques golpistas em março de 2023, essa proliferação das bandeiras nacionais e palavras de ordem como *Deus, pátria, família e liberdade* no pórtico de fazendas a medida que nos aproximamos do distrito de Rosário, provocou a tensa sensação de estar atravessando uma fronteira.

3. Radicalização política e “civismo agrário”

No final de outubro de 2022, logo após a divulgação do resultado das eleições presidenciais, as rodovias brasileiras foram tomadas por bloqueios que defendiam uma intervenção militar que impedisse a posse do candidato vitorioso, Luis Inácio Lula da Silva. Nos dias seguintes, as estradas foram sendo desocupadas e a movimentação transferiu-se para a frente de quartéis do Exército onde surgiram acampamentos que só foram desmobilizados em janeiro de 2023.

Em novembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal determinou o bloqueio das contas bancárias de 43 pessoas físicas e jurídicas acusadas de incitarem, apoiarem, participarem e financiarem os bloqueios antidemocráticos nas estradas⁷. A maioria dos nomes ligados aos bloqueios eram do Mato Grosso e encontrei ali algumas pessoas com as quais tive contato no trabalho de campo.

Em outubro de 2023, uma dessas lideranças, sob a alcunha de “Pai da Soja”, prestou depoimento à CPMI criada para investigar os ataques de 8 de janeiro. Manteve silêncio ao longo do interrogatório. A senadora a cargo da relatoria discorreu sobre um conjunto de indícios e eventos que permitiam associar sua família aos atos antidemocráticos: desde disponibilização de transporte para instalar pessoas no acampamento em frente ao QG do Exército, em Brasília, passando por doações ao Partido Liberal, partido alinhado à coalização de extrema direita, sem registro no TSE e até os bloqueios e atentados na BR 163 no trecho que corta Sorriso. Foi mencionada a prisão em flagrante de um delegado suplente da Aprosoja acompanhado de outros dois

⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/17/quem-sao-as-pessoas-e-empresas-suspeitas-de-financiar-atos-golpistas.htm>

homens que roubaram pneus, os queimaram para bloquear diversos pontos da BR 163 e trocaram tiros com a polícia em perseguição.⁸ No meio da sessão, ouvindo o discurso de solidariedade de um dos deputados, ficou emocionado. Quando ouviu que era um “orgulho para o nosso país” que estava sendo “tratado como um terrorista”, o depoente foi às lágrimas e logo amparado pela ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

A performance emotiva do produtor, acusado de financiar atos antidemocráticos, foi um meio de provocar um vínculo empático com o público evocando o traço de *simplicidade* do ethos camponês ligada a imagem do imigrante. Essa tentativa de “vitimização” (Martinez-Moreno, 2023) está apoiada num conjunto de enunciados de justificação como o *agronegócio produz alimento para o mundo, a agricultura é primordial para as demais atividades econômicas, a economia do Brasil depende do agronegócio*. Aqui também está acionada a gramática da raça para elaborar a identidade contrastiva dos colonos em relação à população preestabelecida: os *cuiabanos* e os *baianos* que não souberam explorar as oportunidades da fronteira. No Mato Grosso, esse discurso geralmente opõe as “cidades do agronegócio” como Sorriso e Lucas do Rio Verde e *cidades matogrossenses* como Nobres e Rosário do Oeste consideradas *atrasadas*. No trabalho de campo na Bahia, é comum ouvir que o distrito de Rosário, que concentra a produção de commodities, *sustenta* todo o município de Correntina.

A colonização vem sendo implementada como política de Estado por décadas (Leite e Wesz Junior, 2016), no entanto, as manifestações de lideranças ligadas ao agronegócio nas áreas estudadas tende a reproduzir a ideologia do pioneirismo em que o Estado desaparece como protagonista da colonização (Heredia et al, 2010). A nova sociedade criada pelos colonos seria derivada da eficiência de formas de cooperação étnico-religiosa características das “áreas coloniais” que permitiram que as famílias fossem perseverantes apesar do Estado. O enredo pioneiro inicia-se com referência às precárias condições de fixação na área: a poeira insalubre, a lama, o racionamento de energia, as enormes distâncias percorridas para alcançar uma linha telefônica ou um hospital. A situação inicial se resolve na exaltação das ações da *sociedade*.

Ser reconhecido como parte dessas mobilizações que viabilizaram obras e serviços considerados fundamentais para a formação do núcleo urbano (igreja, luz e

8 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/11/26/quem-e-o-membro-da-associacao-de-produtores-de-soja-presos-por-furtar-pneus-para-incendiar-rodovias-de-mt-e-trocar-tiros-com-a-policia.ghtml>

telefone) corresponde a um vigoroso marcador de distinção social entre os produtores rurais (Almeida, 2021). Os relatos de enaltecimento dos *fundadores* combinam a crença na superioridade racial e a dimensão do *sacrifício* associado à renúncia do conforto das áreas de origem e ao lançamento aos inequívocos riscos do *desbravamento*.

A ideia do sacrifício compõe a ideologia do pioneirismo conferindo uma aura de pureza e desprendimento a um projeto familiar de ascensão social que vai ganhando contornos cívicos na medida em que se fortalece a identificação dos produtores de commodities agrícolas como “provedores de alimentos para o mundo”. A consequência moral desse discurso é colocar os consumidores de alimentos, inclusive os segmentos críticos ao agronegócio, em obrigação com os produtores. Nesse repertório de afirmação do modelo agrícola hegemônico, a produção em unidades de larga escala tem operado como um elemento de legitimação ideológica elaborando uma espécie de nacionalismo agrário. Mesmo diante do flagrante esgotamento dos métodos produtivos consagrados pela Revolução Verde, a suposta capacidade de responder à crescente demanda mundial por alimentos é constantemente enaltecida pelo “agro”. Campanhas publicitárias buscam ampliar indefinidamente a concepção de agro a todos os agentes e processos sociais da sociedade, comprometendo-os e consequentemente se desresponsabilizando por possíveis problemas e impasses existentes. Mais recentemente, essas campanhas vem buscando fixar a categoria “agro” como sinônimo de brasilidade, num projeto de sociedade que opera no sentido de sua captura e colonização (Gerhardt, 2021).

O processo de colonização dos sertões do Cerrado e da Amazônia nos anos 1970 permite estabelecer paralelos com a análise de Wolfe (2006) sobre a colonização da Austrália e sua identificação com o enquadramento ideológico do “colonialismo de povoamento” que tende a escamotear as evidências de que o processo colonial é fundado na invasão enquanto uma estrutura e não apenas um evento. O autor busca explicitar essa dimensão violenta de empresas coloniais orientadas por uma moralidade civilizatória cujo meio é a agricultura descrevendo o que ele chama de “civismo agrário”: um conjunto de formas discursivas que articula a gramática da raça e um ideário civilizatório ligado à honra masculina. Suas lideranças tendem a utilizar chapéus e montar cavalos na arena pública para parecerem autênticos. (Wolfe, 2006).

O “mito do gaúcho” que surge com o avanço colonial sobre o Cerrado no século XX também adota a mesma imagem do herói a cavalo para denotar, ao mesmo tempo, o

ethos camponês e uma alegoria de conquista (Almeida, 2024). Outro paralelo importante com o estudo de Wolfe, é um certo sentimento anárquico em relação ao Estado. A identidade política que se impõe tem a ver com esse espírito de “ralé da fronteira” (*frontier rabble*), no sentido da baixa institucionalidade da frente de expansão agrária.

Este texto buscou apresentar de forma resumida as formas de hierarquização e os enunciados morais registrados nas áreas de estudo e aproximar esses achados da discussão a respeito das formas de subjetivação de eleitores bolsonaristas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luciana Schleder. Agro a galope: alegorias da conquista e agrobolsonarismo. **Século XXI–Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 91-108, 2024.

_____. Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. **revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, p. e202101, 2021.

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. (orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, p. 25-39, maio 2007.

GERHARDT, Cleyton. Agronegócio" desde o gene até o meme": a invasão do vírus/totem agro. **Mana**, v. 27, n. 3, p. E273206, 2021.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso de Mato Grosso. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul**, 2016.

MARTINEZ-MORENO, Marco J. et al. Antropología, violencia y actores sociales en América Latina. **Antropología, violencia y actores sociales en América Latina**, 2023.

NOWAK, Jörg. Do choke points provide workers in logistics with power? A critique of the power resources approach in light of the 2018 truckers' strike in Brazil. **Review of**

International Political Economy, v. 29, n. 5, p. 1675-1697, 2022.

OLIVEN, R. G. *A tradição revisitada: a (re)construção da identidade gaúcha no Brasil moderno*. In: MATO, D. (org.). *Teoría y política de la construcción de identidades y diferencias en América Latina y el Caribe*. Caracas: Nueva Sociedad, 1994.

POMPEIA, C. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *RBCS*, v. 35, n. 104, 2020.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25, 2001, Caxambu. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st10-3/4610-gseyferth-colonizacao/file>. Acesso em: 10 mar. 2020.

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, J. *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

WOLFE, Patrick. Settler Colonialism and the Elimination of the Native. **Journal of genocide research**, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006.